

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

RESPONSABILIDADE SOCIAL NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO

Cristian Tadeu von der Hayde

Mestrando em Administração

Programa de Pós-Graduação em Administração – FURB

cristian.heyde@gmail.com

Maria Jose Carvalho de Souza Domingues

Doutora em Engenharia de Produção

Programa de Pós-Graduação em Administração – FURB

mjcsd2008@gmail.com

Resumo

O tema Responsabilidade Social passa a fazer parte da agenda do gestor. Neste contexto, a inclusão desta disciplina na grade curricular como obrigatória por parte das universidades será uma aproximação da academia com os anseios das organizações e da sociedade. O objetivo deste artigo é verificar como o ensino da Administração nas Instituições de Ensino Superior Catarinenses está posicionado diante da temática Responsabilidade Social. Para responder ao objetivo do trabalho, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, empregando ainda a análise de conteúdo. Poucas universidades incluem esta disciplina em sua grade curricular, outras parecem não entender a diferença entre responsabilidade social e responsabilidade ambiental. Porém, há uma divergência considerável entre o objetivo da disciplina e as ementas destas mesmas disciplinas. Os resultados apontam para um distanciamento das IES catarinenses frente à temática abordada.

Palavras-chaves: Responsabilidade Social; Ensino de Administração; IES.

Abstract

The theme Social Responsibility becomes part of the agenda of the manager. In this context, the inclusion of this subject in the curriculum as required by universities will be an approximation of the academia with the aspirations of organizations and society. The purpose of this article is to see how the teaching of Management in Higher Education Institutions (IES) in Santa Catarina are positioned on the theme Social Responsibility. To meet the objective of this study, we developed an exploratory qualitative approach, employing further content analysis. Few universities include this subject in their curriculum, others do not seem to understand the difference between social responsibility and environmental responsibility. However, there is considerable divergence between the objective of discipline and menus these disciplines. The results suggest a distancing of IES opposite theme.

Key-words: Social Responsibility; Management Education; IES.

1 INTRODUÇÃO

O crescente aumento da complexidade dos negócios, a disparidade e desigualdade da sociedade, obrigam as organizações a repensar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Para responder a esses crescentes desafios, governo, empresa e sociedade visam um desenvolvimento sustentável, que englobe tanto os aspectos econômicos como sociais e ambientais. O mundo empresarial vê na responsabilidade social – RS uma nova estratégia para aumentar e potencializar, seu lucro e desenvolvimento, respectivamente. Essa tendência deriva da maior conscientização do consumidor e sua procura por serviços que gerem melhoria para o meio ambiente ou sociedade. Essa nova realidade fez com que as empresas investissem além do preço e qualidade, em outros atributos hoje essenciais, como por exemplo: confiabilidade, relacionamento ético com consumidores e fornecedores, produtos ambientalmente corretos, dentre outros (ASHLEY, 2003).

Porém, as transformações no contexto econômico, político e social, influenciaram o comportamento das empresas e da sociedade diante da questão da responsabilidade social das empresas. A RSE é uma área de interesse inter e multidisciplinar, transitando nos campos de várias ciências humanas, sociais e até mesmo filosóficas. Foi na administração que ocorreu o debate conceitual e prático sobre RS. Dentro das abordagens conceituais, há quatro correntes principais de análise: ética empresarial, que analisa a RSE baseada em conceitos filosóficos da ética, com caráter normativo; gestão social, que examina os aspectos sociais das atividades empresariais, incluindo investimentos sociais; recursos ambientais e empresas, estudando a relação entre empresas e meio ambiente; empresas e sociedade, que compreende a empresa como parte da sociedade (OLIVEIRA, 2008).

Desta forma, os cursos de Administração assume um importante papel transformador da sociedade, uma vez que, Os cursos de Administração devem assumir o papel de formar alunos que tenham noção da RSE, pois são eles que provavelmente ocuparão os maiores cargos em organizações e poderão enfrentar situações que envolvam questões relacionadas com a RSE (CANOPF; PASSADOR, 2004).

Por meio de consulta aos sites institucionais, identificou-se que dessas dezessete IES, somente uma não possui o curso de Administração (Bom Jesus/IELUSC). A partir disso, pesquisou-se a grade curricular de cada curso a fim de obter a informação se abordavam ou não o a disciplina de Responsabilidade Social. Dessa forma, foi elaborada uma entrevista semiestruturada contendo treze perguntas, com respostas abertas e fechadas, que foi direcionada a docentes e coordenadores do curso de Administração envolvidos diretamente com a disciplina. Desta forma, para responder ao objetivo do trabalho, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, empregando ainda a análise de conteúdo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O crescente aumento da complexidade dos negócios, a disparidade e desigualdade da sociedade, obrigam as organizações a repensar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Para

responder a esses crescentes desafios, governo, empresa e sociedade visam um desenvolvimento sustentável, que englobe tanto os aspectos econômicos como sociais e ambientais. O mundo empresarial vê na responsabilidade social – RS uma nova estratégia para aumentar e potencializar, seu lucro e desenvolvimento, respectivamente. Essa tendência deriva da maior conscientização do consumidor e sua procura por serviços que gerem melhoria para o meio ambiente ou sociedade. Essa nova realidade fez com que as empresas investissem além do preço e qualidade, em outros atributos hoje essenciais, como por exemplo: confiabilidade, relacionamento ético com consumidores e fornecedores, produtos ambientalmente corretos, dentre outros (ASHLEY, 2003).

As transformações no contexto econômico, político e social, influenciaram o comportamento das empresas e da sociedade diante da questão da responsabilidade social das empresas. Para entender um pouco melhor a RSE, precisa-se definir que o estudo da RSE não é uma ciência. É uma área de interesse inter e multidisciplinar, transitando nos campos de várias ciências humanas, sociais e até mesmo filosóficas. Foi na administração que ocorreu o debate conceitual e prático sobre RS. Dentro das abordagens conceituais, há quatro correntes principais de análise: ética empresarial, que analisa a RSE baseada em conceitos filosóficos da ética, com caráter normativo; gestão social, que examina os aspectos sociais das atividades empresariais, incluindo investimentos sociais; recursos ambientais e empresas, estudando a relação entre empresas e meio ambiente; empresas e sociedade, que compreende a empresa como parte da sociedade (OLIVEIRA, 2008).

Para uma melhor compreensão da RSE, é necessário compreender o desenvolvimento econômico e social da humanidade. Oliveira (2008) afirma que até o século XVI, as formas de energias existentes eram somente a manual e animal. Com a Revolução Industrial, houve também uma revolução tecnológica, primeiramente com a descoberta da máquina a vapor. Como consequências vieram transformações tanto econômica, social, político como ambiental. Essas mudanças causaram divergências na relação homem-natureza. Primeiramente, os problemas socioambientais eram vistos como consequência do desenvolvimento, confundido com crescimento econômico. Os primeiros movimentos sociais criados para tentar controlar as transformações vindas da Revolução Industrial ocorreram na segunda metade do século XX.

Entretanto, segundo Stoner e Freeman (1999) em 1889, Andrew Carnegie publicou um livro chamado ‘O Evangelho da Riqueza’, estabelecendo a abordagem clássica da RS das grandes empresas. Sua visão baseava-se em dois princípios: princípio da caridade e princípio da custódia. Sua empresa, agindo a partir de suas ideias, iniciou um ativo programa de filantropia. Até a Grande Depressão – em 1929, os compromissos das empresas com o bem estar social somente eram encorajados pela lei e pelas pressões de movimentos trabalhistas. Ashley (2003) afirma que até 1929, a filantropia corporativa e o investimento na imagem da corporação para atrair consumidores poderiam ser realizados na medida em que favorecessem os lucros dos acionistas dessas organizações.

A partir da década de 1930 é que os executivos assumiram interesse pelo impacto social das empresas. Nas décadas de 1950 e 1960, os princípios da caridade e da custódia estavam amplamente aceitos nas empresas americanas (STONER; FREEMAN, 1999). Desde a segunda metade do século XX vem ocorrendo um longo debate sobre a RSE (GARRIGA; MELÉ, 2004). A partir da década de 1950, defensores da ética e da RSE passaram a argumentar que, se a filantropia era uma ação legítima, então outras ações que priorizam ações sociais seriam igualmente legítimas. Começa-se então a

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

discutir, tanto no meio empresarial quanto acadêmico, a importância da RSE pela ação de seus dirigentes e administradores (ASHLEY, 2003).

Se os homens de negócios aceitassem voluntariamente a RS, seria, ou poderia ser um meio prático para melhorar os problemas econômicos e atingir completamente as metas econômicas (BOWEN, 1957). Desde 1953, tem havido uma mudança na terminologia de responsabilidade social dos negócios para RSE. Além disso, esse campo tem crescido significativamente, tendo inúmeras teorias, abordagens e terminologias (GARRIGA; MELÉ, 2004). Entretanto, houve um grande número de pessoas que se opunham em relação ao comprometimento empresarial e a RSC. Entre os oponentes estavam críticos de esquerda; defensores do livre-mercado; críticos liberais; e um grande número de executivos intransigentes (STONER; FREEMAN, 1999). O tema RSE vem sendo apoiado e atacado por vários autores. Quem é contrário se baseia nos conceitos de Friedman. Os argumentos a favor partem principalmente, da área acadêmica, entre eles, Carroll, Donaldson e Dunfee, Frederick e Wood (ASHLEY, 2003).

A RSE desvirtua as empresas por várias razões; a principal delas é que os acionistas devem decidir como usar o dinheiro das empresas, e não os gestores (FRIEDMAN, 1970). O ponto central da sua teoria é que outras organizações, como governo, sindicatos, terceiro setor e outros existem para atuar na área de RS. Empresas não têm competência para isso. Usar seu dinheiro para projetos fora de seu objetivo de geração de lucro é prejudicial à sociedade. Reduzindo os lucros, haverá menos investimentos, e conseqüentemente, menos emprego. Apesar de suas afirmações sobre a RS, sua contribuição foi fundamental para o debate na teoria e prática de RSE, avançando bastante nas últimas décadas (OLIVEIRA, 2008). Entretanto, há ainda muita discordância com relação à definição da Responsabilidade Social Empresarial.

Não é raro, empresas e empresários divulgarem a sua participação em projetos sociais ou apoio a eles por meio de doações. A doação, muito confundida com a prática de RSE, nada mais é do que uma ação de filantropia ou uma ação social. Uma ação social nada mais é do que doações financeiras a instituições, fundações, escolas, entre outros. É uma ajuda e ocorre eventualmente (DUARTE; TORRES, 2005). A RSE envolve atitudes, ações e relações com um grupo maior de partes interessadas (*stakeholders*), que é qualquer organização ou indivíduo interessado nas ações da organização, como fornecedores, consumidores, sindicatos, governo entre outros. Apesar de a ação social ser importante em alguns casos, não pode ser o único parâmetro para avaliar a RS da empresa. Como se vê, é difícil uma definição unânime sobre a RS, sendo o modelo mais citado pela literatura o desenvolvido por Archie Carroll, na década de 1970 (OLIVEIRA, 2008). A responsabilidade social da empresas engloba as expectativas econômicas, jurídico, ético e discricionário que a sociedade tem das organizações em um determinado momento (CARROLL, 1979).

Esses quatro componentes propõem um modelo em forma de pirâmide. Nesse modelo, a responsabilidade econômica é fundamental, pois todas as responsabilidades empresariais estão baseadas nela. Sem ela, as outras considerações deixam de existir. Uma vez tendo sustentabilidade econômica, a empresa deverá respeitar as leis e regulamentos estabelecidos pelo poder público. Essas responsabilidades legais refletem uma visão de ética, no sentido de que as empresas incorporam noções básicas de legalidade, como estabelecidas pelos legisladores. Em terceiro, estaria à responsabilidade ética e moral, que incorporam normas ou expectativas de acordo com que os *stakeholders* julgam como

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

bom, justo, ou com o respeito e proteção dos direitos morais dos *stakeholders*. Por último, depois de a empresa cumprir com suas obrigações econômicas, jurídicas e éticas, viria à filantropia, que engloba as ações das empresas que respondem as expectativas da sociedade, em que os negócios sejam bons para todos (CARROLL, 1991).

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2012).

Para Ashley (2003) a RS pode ser definida como o compromisso que a empresa deve ter para com a sociedade, por meio de atos e atitudes, afetando positivamente a comunidade e agindo proativamente e coerentemente. Assim, a RS é toda e qualquer ação que contribua de alguma forma a melhoria da qualidade de vida da sociedade (ASHLEY, 2003). RSE é como uma das funções organizacionais a serem administradas, no fluxo das relações e interações, que se estabelecem entre os sistemas empresariais específicos e o sistema social mais amplo (FISCHER, 2002). As organizações que trabalham com a RS usam definições enfocando algum aspecto da empresa com a sociedade (OLIVEIRA, 2008). Entretanto, a RSE absoluta integra a responsabilidade econômica, jurídica, ética e filantrópica dos negócios, ou seja, uma empresa socialmente responsável deveria esforçar-se para ter lucro, cumprir a legislação, ser ético e ser um bom cidadão corporativo (CARROLL, 1991).

A responsabilidade social vem se mostrando um fator decisivo para o crescimento e desenvolvimento das organizações. Por parte da sociedade, cresce a conscientização do papel que as grandes organizações têm diante das questões sociais, assim como a cobrança por uma atuação responsável. O consumidor prefere produtos de empresas que tem a RSE nos seus negócios. Os profissionais mais qualificados preferem trabalhar nessas empresas. A desigualdade social do país evidencia ainda mais esse tema, tornando a RS como uma nova forma de pensar o social, transformando as empresas em agentes e unindo atores sociais em torno de uma única questão: o bem estar social (DUARTE; TORRES, 2005).

Como pode-se ver, não há uma definição consensual de RS, pois esse conceito vem sendo construído e mudado através de debates de diversos campos do conhecimento. Além disso, existe a questão ética, que tem várias escolas e faz as definições de RSE diferirem entre si. A ética se preocupa em entender as motivações das ações empresariais. O campo da ética na filosofia estuda os princípios que influenciam e motivam o comportamento das pessoas, definindo o que é certo ou errado. Na ética empresarial, seu principal foco são os gestores (OLIVEIRA, 2008). A ética nos negócios diz respeito à aplicação dos princípios e normas éticos gerais às ações e decisões de empresas e à conduta do pessoal da empresa (THOMPSON; STRICKLAND; GAMBLE, 2008). Pode-se dividir o campo da ética em três escolas de pensamento. A primeira seria a chamada escola do universalismo ético, a segunda teleologia e a última a escola do relativismo (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com escola do universalismo ético, os mesmos padrões do que é ético e do que não é repercutem entre pessoas de uma mesma sociedade, independentemente de tradições locais e normas culturais. Assim sendo, os padrões éticos comuns são usados para julgar a conduta da empresa que

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

operam em diversas culturas (THOMPSON, STRICKLAND; GAMBLE, 2008). A escola de teleologia é mais preocupada com as consequências das ações (OLIVEIRA, 2008). Já a escola do relativismo ético, diferentes culturas e costumes das sociedades têm divergências do que é certo ou errado. Assim, o que é ético pode variar de uma cultura ou sociedade para outra (THOMPSON; STRICKLAND; GAMBLE, 2008).

Divide em três categorias os gestores, a partir dos princípios éticos e morais nos negócios: gestor moral, gestor imoral e gestor amoral. Na gestão moral, as normas éticas de comportamento estão empregadas, buscando o sucesso dentro de limites do que é ético e legal, operando acima do que é exigido pela lei. Os líderes imorais não respeitam esses padrões éticos. Para eles, o mais importante é a busca de seus próprios interesses. Já o gestor amoral não tem moral nem imoral. São insensíveis ao fato de que suas ações podem ter efeitos negativos para as pessoas (CARROLL, 1991).

Assim sendo, essa variedade de princípios éticos reflete na diversidade de definições de RSE. Entre os modelos existentes, o idealismo ético seria a atitude ou modelo mais louvável, pois beneficiaria os *stakeholders* em primeiro plano, por motivos morais. Entretanto, há uma visão chamada progressista da RSE, na qual a empresa deve levar em conta o interesse dos *stakeholders* nas ações, buscando também beneficiar a empresa no médio e longo prazo, evitando conflitos, ganhando credibilidade e possivelmente uma imagem positiva (OLIVEIRA, 2008).

A RSE caminha cada vez mais para um olhar estratégico, devendo ser incorporado à gestão da organização, devendo estar incorporado a gestão da organização: valores, missão, visão e processos. Trata-se de uma consciência corporativa, que envolve a política de recursos humanos para mobilizar e sensibilizar a estrutura empresarial. A RS faz parte da cultura empresarial, devendo estar embutida em sua visão e valores, assim como discriminado em manuais de ética dos seus empregados e nos processos de comunicação (DUARTE; TORRES, 2005).

No Brasil, a filantropia tem existido durante décadas, não com a mesma intensidade que nos Estados Unidos e Europa. O longo período da ditadura limitou o aparecimento de organizações atuantes em RSE no país. A partir da década de 1980, surgem as primeiras organizações agentes da RSE, tendo crescido na década de 1990 (OLIVEIRA, 2008). A importância da RSE abriu caminho para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do país. Contudo, a difusão do conceito e prática de RSE entre diversos grupos sociais, pesam as críticas de ser uma forma de autopromoção empresarial e transferência das funções do Estado (CABRAL, 2005). Entretanto, no Brasil, a RSE tem um caráter ligado à ação social da empresa, confundido com a RS das empresas. Assim, os imensos problemas sociais que se tem no país e a incapacidade do poder público de resolvê-los, levam ao surgimento por parte da sociedade, uma necessidade de que as empresas atuem mais firmemente em projetos sociais, substituindo o Estado (OLIVEIRA, 2008). O movimento de RS pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil, tendo em vista a construção da cidadania e o fortalecimento das políticas públicas (CABRAL, 2005). No Brasil, um grande número de empresas está aprendendo a fazer negócios rentáveis a partir da RSE. Indivíduos, empresas e comunidade lucram com isso, tornando mais firmes os *locos* que unem as pessoas como cidadãos (MAKRAY, 2000).

No Brasil e no mundo, cresce a preocupação com a RSE, tendo muitos motivos para a necessidade de pensar sobre o tema (ASHLEY, 2003). A confiança no governo, no processo político e

nas empresas diminuiu. Escândalos, corrupção e uma falta de responsabilidade levaram muitas pessoas a questionar a autoridade do poder público. Os valores, conceitos em que as pessoas acreditam, seu padrão de vida e opiniões tem mudado (GRAYSON; HODGES, 2002). As mudanças climáticas, entre elas o efeito estufa, destruição da camada de ozônio, entre outros, juntamente com os problemas sociais, como aumento da pobreza, fome e miséria, estão longe de serem solucionadas. Surge com isso a questão: como criar políticas e mecanismos para gerir esses problemas? Há na RSE, um meio para que isso se torne realidade (OLIVEIRA, 2008). A RSE tem um futuro brilhante, porque aborda e capta as preocupações mais importantes dos negócios e em relação à sociedade (CARROLL, 2001).

2.2 ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com Fischer (2010), o ensino de administração pode ser classificado em quatro níveis, sendo eles:

- a) A vida dos professores, com seu trabalho docente, campos temáticos, formas de ensinar, organizações e instituições;
- b) O ensino, ou a história dos currículos, dos programas e modos de ensinar e aprender;
- c) História das disciplinas ou a história da evolução do pensamento na área;
- d) História das instituições de ensino de administração no Brasil.

De acordo com Fischer, Waiandt e Fonseca (2011), qualquer que seja o nível escolhido, os três restantes podem contemplar enquanto perspectiva da abordagem proposta.

O Ministério de Educação e Cultura – MEC – argumenta que o processo pedagógico dos cursos de Administração deve garantir habilidades técnicas e uma formação humanista. Porém, para o seu desenvolvimento, se torna necessário um saber teórico. Observa-se também que a procura pelos cursos de Administração no país aumentou, devido a cargos de gerencia atrair mais as pessoas. Porém, a realidade demonstra que existe um caminho grande a ser percorrido com a qualidade do ensino, pois o Brasil está bem atrás dos países já desenvolvidos (PAULA, 2001).

Segundo Fischer, Waiandt e Fonseca (2011), a administração é uma convergência teórico-metodológica de história, história da educação e da história da administração. Entretanto, a administração deve fazer valer as construções e experimentos destes outros campos, garantindo assim qualidade.

Algumas das razões pela qual o Brasil está nessa situação são: aumento de número de vagas, dessa forma tendo uma seleção menos rigorosa; IES privadas são caracterizadas pelo modelo empresarial/comercial, com base no lucro, sendo que nesse caso, o processo de educação é banalizado, não tendo mais a relação entre instituição-aluno, instituição-professor e professor-aluno. Grande parte das IES não alcança o objetivo educacional, sendo ele a formação de um cidadão com valores. Com isso, os alunos são aprovados sem terem aprendido, fazendo com que o professor seja meramente uma peça no processo (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2005).

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

O currículo do curso está obsoleto, pois os autores clássicos viam a organização de forma segmentada, influenciando o curso e formando estudante com uma visão generalizada, sem a integração entre as partes (NICOLINI, 2002). Dessa forma, é possível fazer com que curso de administração tenha em sua grade curricular a matéria de Responsabilidade Social Empresarial.

2.3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO

Não somente as empresas, mas as instituições de ensino superior também estão adotando práticas de RSE (ATAKAN; EKER, 2007). Entretanto, as universidades também sofrem pressão, da mesma forma que as empresas, sendo que são alvos de discussões sobre o ensino da RSE. Ocorre devido a comportamento antiético nos negócios, atribuídos a gestores que, na maioria dos casos, pertenceram a uma IES de Administração (URDAN; HUERTAS, 2004; MEDEIROS et al., 2007).

A educação é a melhor solução para eliminar comportamentos e ações antiéticas por parte dos gestores e das empresas (URDAN; HUERTAS, 2004). A relevância da educação se dá, pois os educadores devem capacitar os alunos de Administração, para que eles atinjam um bom desempenho, mas também que sejam aptos a minimizar problemas sociais e ambientais (GONÇALVES-DIAS et al., 2006).

Os cursos de Administração devem assumir o papel de formar alunos que tenham noção da RSE, pois são eles que provavelmente ocuparão os maiores cargos em organizações e poderão enfrentar situações que envolvam questões relacionadas com a RSE (CANOPF; PASSADOR, 2004).

Uma pesquisa realizada sobre o ensino da ética no curso de Administração, pela percepção dos alunos, apontou que há uma necessidade de um espaço maior para o tema da ética dentro do curso (FOURNEAU; SERPA, 2006). A RSE começa dentro da IES, sendo fundamental ensiná-la aos alunos de graduação em administração (MUIJEN, 2004).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração, há uma necessidade de se passar as questões éticas do exercício profissional, que remete ao ensino da RSC, além de ter uma abordagem da relação entre organização e a sociedade, também remetendo ao ensino da RSC (SOUZA et al., 2003).

Numa pesquisas sobre o ensino de RSC, foi estudado a RSE na perspectiva do estudante de Administração. Os resultados mostraram que o comportamento dos estudantes difere do que há falam, pois dizem que a RSE é importante, mas não se comportam dessa maneira. Os estudantes pesquisados disseram escolher produtos não com base no que a RSE prega, mas sim com base no seu preço, na sua qualidade e na sua marca (MEDEIROS et al., 2007).

Em outro estudo, realizado com estudantes de graduação em Administração para saber como os cursos de administração estão abordando o tema RSE no ensino, concluiu-se que os estudantes consideram o tema importante. Porém, o conteúdo e o tempo do tema na disciplina não são suficientes. Observou-se também que os estudantes possuem uma visão limitada desse tema. Entretanto, sugeriram formas de ampliar o ensino sobre o tema (SILVA; CHAUVEL, 2009).

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

3 METODOLOGIA

Para responder aos objetivos do trabalho, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Primeiramente, foi elaborada uma entrevista semiestruturada contendo quinze perguntas, com respostas abertas e fechadas, que foi direcionada a docentes e coordenadores do curso de Administração envolvidos diretamente com a disciplina. Este procedimento busca aprofundar o entendimento que IES possui frente à temática aqui abordada, ou seja, como o ensino de administração está posicionado frente à necessidade de formar administradores na ótica de um modelo de produção alternativo ao sistema capitalista.

Para a coleta de dados, inicialmente foram distribuídos 16 questionário entre as instituições de ensino superior vinculadas ao sistemas ACADE. O sistema ACADE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tornou-se foco deste estudo por ser o conjunto de IES que aglutina os mais antigos cursos de graduação em administração do estado de Santa Catarina, com exceção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Fundado em 1974 tem como objetivo a integração e consolidação de suas instituições de ensino superior (IES) por ela mantida, além da execução de atividades de suporte técnico-operacional e representa-las em órgãos na esfera estadual e federal (ACAFE, 2012). Contando com dezessete IES conveniadas, sendo elas: Universidade Regional de Blumenau (FURB); Universidade do Contestado (UNC); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Centro Universitário – Católica de Santa Catarina; Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE); Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI); Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE); Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Universidade de Sul de Santa Catarina (UNISUL); Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE); Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); Centro Universitário Municipal de São José (USJ); Associação Educacional Luterana Bom Jesus (Bom Jesus/IELUSC); Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Por meio de consulta aos sites institucionais, identificou-se que dessas dezessete IES, somente uma não possui o curso de Administração (Bom Jesus/IELUSC). A partir disso, pesquisou-se a grade curricular de cada curso a fim de obter a informação se abordavam ou não o item Responsabilidade Social.

Os documentos e as entrevistas foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1979).

4 PROCEDIMENTO E RESULTADOS DE ANÁLISE

Após as análises dos dados da pesquisa, foi identificado as IES que oferecem curso de graduação e por meio da grade curricular obtido informações da temática de RS, buscou-se identificar as disciplinas oferecidas nesta temática, bem como as ementas destas mesmas disciplinas. Os resultados estão expostos no Quadro 1.

Quadro1 –Ementa das disciplinas

IES	Disciplina	Ementa
UDESC	Estratégias empresariais	O conceito de estratégia. Vantagem competitiva. O processo da estratégia. Estratégias corporativas, de negócio e funcionais. A vantagem competitiva explicada por fatores externos. A vantagem competitiva explicada por fatores internos. Técnicas analíticas para definição de estratégias competitivas. Cenários. Alternativas estratégicas. Dinâmicas Competitivas e Cooperativas. Competitividade Sustentável. Críticas às abordagens sobre estratégia.
UNC	Sem informações da grade curricular	
UNESC	Teoria Geral da Administração	Funções do Administrador: Ética do administrador; Perfil do Administrador Contemporâneo; Competências, Habilidades e Atitudes do Administrador. Processos Administrativos: Comunicação Organizacional; Liderança. Desenvolvimento Organizacional (DO): Cultura Organizacional; Mudança Organizacional; Processos Decisórios. Ética Corporativa e Responsabilidade Social.
	Teoria Geral da Administração II	Funções do Administrador: Ética do administrador; Perfil do Administrador Contemporâneo; Competências, Habilidades e Atitudes do Administrador. Processos Administrativos: Comunicação Organizacional; Liderança. Desenvolvimento Organizacional (DO): Cultura Organizacional; Mudança Organizacional; Processos Decisórios. Ética Corporativa e Responsabilidade Social.
UNIARP	Sem informação da grade curricular	
UNIBAVE	Sem informação da grade curricular	
UNIDAVI	Ética e Responsabilidade Social	Não traz ementa da disciplina
UNIFEBE	Responsabilidade Socioambiental	Evolução dos conceitos de Responsabilidade Social e Ambiental. Princípios e dimensões da sustentabilidade. Eco competitividade. Gestão Ambiental e desenvolvimento de sociedades sustentáveis.
UNIPLAC	Responsabilidade Social e Empresarial	Conceitos e evolução da responsabilidade social. Função social das empresas. Modelos de indicadores e avaliação. Instrumentos de responsabilidade social. Sistemas de gestão de responsabilidade social.
	Gestão Ambiental	Empresa e meio ambiente. Sistema de gestão ambiental: recursos e problemas. Responsabilidade socioambiental das organizações e o desenvolvimento sustentável. Questões ambientais no Brasil: licenciamento ambiental; auditoria ambiental.
UNISUL	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	A gestão ambiental. Teorias e abordagens decisórias. Administração e cidadania. Desenvolvimento Sustentável e as normas da série ISO 14000. Gestão do terceiro setor. Sustentabilidade política e administrativa. Indicadores e índices de sustentabilidade.
UNIVALI	Responsabilidade Social e Ambiental	Conceito de responsabilidade social. Evolução do conceito de responsabilidade social corporativa. Tendências e desafios.

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

		Modelo de gestão. Sistemas de gestão ambiental. A responsabilidade social das empresas no Brasil. Economia solidária. Cadeia produtiva. O 3º setor.
UNIVILLE	Sem informação da grade curricular	
UNOCHAPECÓ	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Não traz ementa da disciplina
UNOESC	Não possui disciplina correspondente	
FURB	Não possui disciplina correspondente	
USJ	Teoria Geral da Administração	Funções Administrativas. Processo decisório. Organizações. Funções Organizacionais. Introdução à Administração Estratégia. Responsabilidade Social Empresarial. Tendências.

Fonte: da pesquisa.

Assim o pensamento de Andion (2001) no que diz respeito ao fato de que o ensino superior de administração se detém apenas a organizações da economia formal, ou seja, objetiva ensinar habilidades e competências destinadas à gestão de organizações privadas ou públicas; apresenta-se acertado.

Seguindo o procedimento metodológico idealizado, a pesquisa foi encaminhada para as IES que contemplam o curso de administração. Os dados das entrevistas estão apresentados com o intuito de demonstrar o posicionamento da IES frente à temática da RS.

Com relação à primeira categoria analisada “É o professor da temática de Responsabilidade Social ou coordenador de Administração?”, 70% responderam que são coordenadores e 30% professores. A segunda categoria analisada “Dentro da temática de Responsabilidade Social, quantas disciplinas são oferecidas no curso?”, 30% das IES responderam nenhuma disciplina, 40% uma disciplina e 30% duas.

Em relação à terceira categoria “Caso o seu curso não a tenha, qual o motivo”, as respostas foram: “Não previsto na grade curricular”; “devida importância ao tema não foi dado”. A quarta categoria analisada “Qual o nome da(s) disciplina(s) oferecida(s)”, as respostas foram: “Gestão ambiental e sustentabilidade”, “Responsabilidade Social Ambiental”, “Ética e Inserção Profissional”, “Ética Empresarial”, e “Responsabilidade Social”.

A quinta categoria “A disciplina oferecida é”, as respostas foram: “15% eletiva” e “85% obrigatória”. A sexta categoria analisada “Qual a carga horária total da(s) disciplina(s) oferecida(s)?”, as respostas foram: “30h”, “36h”, “60h”, “72h”, e “120h”. A sétima categoria “Quais são os objetivos da(s) disciplina(s)?”, teve como respostas: “Identificar e analisar os principais sistemas de implementação do SGA, desenvolvendo o conhecimento dos princípios, regras e instrumentos do sistema de gestão ambiental e sua aplicabilidade”; “apontar as vantagens ambientais e econômicas a partir da gestão ambiental”; “identificar quais são as normas ambientais, em especial a série ISO 14000, e a importância da sua implementação pelas empresas”; “discutir a produção e a competitividade através de políticas ecologicamente corretas”; “proporcionar oportunidade de desenvolver conhecimento e reflexões sobre a problemática ambiental nas empresas”.

Com relação à oitava categoria “Quantos alunos já cursaram a(s) disciplina(s) oferecida(s) desde a sua implantação?”, obteve-se como respostas: “40”; “140”; “300”; “850”; “4000”. A nona categoria “Desde que ano a IES oferece disciplina(s) dentro da temática de Responsabilidade Social?”, as respostas foram: “1997”; “1999”; “2004”; “2004”; “2010”; “2012”. A décima categoria “Qual a metodologia de ensino utilizada?”, as respostas foram: “Estudo de caso 7 (70%)”; “Discussão em Grupo (60%)”; “Visitas Técnicas (50%)”; “Dramatização (0%)”; e “Outros (1%)”.

A décima primeira categoria “Qual a metodologia de ensino utilizada?”, as respostas foram: “Estudo de caso 7 (70%)”; “Discussão em Grupo (60%)”; “Visitas Técnicas (50%)”; “Dramatização (0%)”; e “Outros (1%)”. A décima segunda categoria analisada “Quais as formas de avaliação?”, as respostas foram: “Individuais (70%)”; “Em grupo (50%)”; “Auto avaliação (10%)”; e “outros (0%)”.

Com relação à décima terceira categoria “Como os alunos avaliam a(s) disciplina(s)? Existe algum instrumento?”, as respostas foram: “Avaliação positiva via instrumento institucional”; “Avaliação Institucional da disciplina”; “Entre bom e muito bom”; “Positivamente compreendem seu papel na formação do administrador”; “Não avaliam”; “Não existe um instrumento atualmente”; e “Sim, auto avaliação”.

Com relação última categoria analisada “Qual a formação acadêmica do professor(a)?”, as respostas foram: “Mestre em administração”; “Mestre em ciência e tecnologia ambiental”; e “Doutor em Engenharia e gestão do Conhecimento”.

Segundo Canopf e Passados (2004), os cursos de administração devem assegurar o papel de formar alunos que tenham noção de RES, pois são eles que provavelmente ocuparão os maiores cargos em organizações e poderão enfrentar situações que envolvam as questões relacionadas com a RSE.

Desta forma, ao analisar os resultados da pesquisa, percebe-se o quão longe os cursos de administração ainda estão deste objetivo. Apenas 30% são professores da disciplina, porém, chama a atenção que 30% das instituições afirmaram que não possuem esta disciplina na grade. Outros 40% afirmaram que possuem uma única disciplina e 30% possuem duas disciplinas de responsabilidade social na grade curricular. Percebe-se desta forma como é necessário um maior engajamento das universidades nesta questão de oferecer disciplinas voltadas para a responsabilidade e ética empresarial. Se nos referirmos à questão “Caso o seu curso não tenha, qual o motivo?”, e a resposta obtida foi “devida importância ao tema não foi dada”, vê-se o quanto é necessário um trabalho junto às universidades sobre a importância deste tema para a formação de uma sociedade melhor.

Uma preocupação percebida na pesquisa é que das universidades que possuem a disciplina, 85% colocam como obrigatória, porém, 15% deixam-na como optativa, denotando que este contingente não dispensa a devida importância ao assunto. Percebe-se ainda que há universidades que oferecem a disciplina com apenas 30 horas de carga horária, embora haja também as que oferecem com 120 horas de carga horária. Estas IES devem estar no rol daquelas que afirmaram possuir duas disciplinas da grade curricular, mostrando que já compreenderam a importância da disciplina na formação do aluno e futuro administrador. Mas, ao analisar os objetivos da disciplina oferecida, vê-se que o tema “responsabilidade social” não aparece, ficando restrito ao tema “responsabilidade ambiental”. Muito embora estes temas se inter-relacionam, aparentemente há uma confusão entre eles e não é dado ênfase

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

à responsabilidade social. Na questão do início da oferta da disciplina, apenas uma universidade afirmou ter iniciado a oferta em 1997, ou seja, faz 15 anos que a disciplina é ofertada no curso de administração, mesmo quando não era ainda um tema recorrente, esta universidade visualizou sua importância. Deve-se fazer o mesmo comentário para aquela que iniciou suas atividades em 1999, também sendo elogiosa sua condição. Outras duas universidades iniciaram em 2004, uma em 2010 e outra em 2012. Com isso, pode-se perguntar: será que o estão fazendo pela importância que dão ao processo ou será que é para “acompanhar” o mercado?

Nas universidades que responderam positivamente na oferta da disciplina na grade curricular, 70% afirmaram que utilizam estudo de caso na disciplina, 60% afirmaram que utilizam discussão em grupo, outros 50% utilizam visitas técnicas. Nesta questão o respondente poderia optar por mais de uma resposta. Percebe-se que há um dinamismo no desenvolver da disciplina. Por outro enfoque, 70% afirmaram que utilizam a avaliação individual do conteúdo. Se for utilizado em larga escala os estudos de caso, as discussões em grupo e as visitas técnicas será que a avaliação individual é a melhor maneira de se “medir” o conteúdo assimilado pelos alunos?

Ao analisar as ementas apresentadas no Quadro 1, entre as nove universidades que apresentaram a ementa da disciplina, sete delas contemplam o assunto “responsabilidade social”, porém, quando levam-se em consideração o objetivo da disciplina, este não contempla o termo “responsabilidade social”. Entende-se que há uma divergência entre a ementa e o objetivo da disciplina.

Como pode ser verificado na pesquisa, ainda não há uma perfeita compreensão da necessidade e importância desta disciplina para a formação do administrador, necessitando que as universidades busquem formas de incluir estes assuntos em suas grades curriculares, objetivando uma formação mais completa do futuro administrador, exatamente como afirma Canopf e Passados (2004).

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A formação dos futuros administradores assume uma postura de relevância considerável em relação à ética e a responsabilidade social. É somente através da educação que poderá se esboçar uma mudança cultural na sociedade. Neste contexto o ensino da ética e da responsabilidade social, principalmente no curso de administração, deve ser considerado como pontos críticos de sucesso para esta mudança social.

Desta forma, o objetivo deste artigo era verificar como o ensino da Administração nas Instituições de Ensino Superior Catarinense (IES/SC) se posiciona diante da temática da Responsabilidade Social.

A primeira e mais contundente é o fato de que atualmente identifica-se um completo distanciamento das IES catarinenses estudadas frente à temática da RS. Este distanciamento provoca o surgimento de um verdadeiro vácuo na formação dos administradores e futuros gestores. Outra constatação da pesquisa foi o distanciamento entre a ementa das disciplinas e o objetivo da mesma. Enquanto a primeira contempla o tema Responsabilidade Social, a segunda em nenhuma delas cita o termo Responsabilidade Social. Percebe-se ainda pela pesquisa realizada que as IES não dão a importância necessária que deveriam ao tema, sendo que a carga horária dispensada à disciplina em

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

uma delas é de apenas 30 horas. Porém, há também instituições que dedicam uma carga horária de 120 horas para este tema, podendo-se inferir que nesta instituição há mais de uma disciplina sobre o tema. Observou-se também que há instituições que já incluíram esta disciplina desde 1997, mostrando que entenderam a importância do tema.

Diante dos resultados apresentados pesquisa, é importante considerar, que ainda há um amplo campo a ser desenvolvido nesta área, no que diz respeito à gestão administrativa, com relevância para o tema Responsabilidade Social, e cada vez mais a universidade no curso de administração deverá ser o grande farol a guiar a mudança cultural da sociedade empresarial

REFERÊNCIAS

ANDION, C. *As particularidades da gestão em organizações da economia solidária*. In: Anais do XXV ENANPAD. Campinas, 2001.

ASHLEY, P. A. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ATAKAN, M. G. S.; EKER, T. Corporate Identity of a Socially Responsible University – A Case from the Turkish Higher Education Sector. *Journal of Business Ethics*, v. 76, p. 55-68, 2007.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BOWEN, H. R. *Responsabilidades sociais do homem de negócios: com um comentário por F. Ernest Johnson*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

CABRAL, N. G. *Responsabilidade Social: relacionando atitudes e valores*. In: ARAÚJO, M. P.; BAUER, M. M. Desenvolvimento regional e responsabilidade social: construindo e consolidando valores. Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2005.

CANOPF, L.; PASSADOR, C. S. A Responsabilidade Social na Graduação em Administração da Região Sudoeste do Paraná: obrigação cumprida ou demanda atendida? In: XXVIII ENANPAD. 2004. Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2004.

CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-46, Jul./ Aug. 1991.

_____. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. *Business & Society*, v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 2001.

DUARTE, C. de O. S.; TORRES, J. de Q. R. *Responsabilidade social empresarial: dimensões históricas e conceituais*. In: FRANCISCHINI, A. S. N. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2005.

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

FISCHER, R. M. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Gente, 2002.

FISCHER, T. A perduração de um mestre e uma agenda de pesquisa na educação de administração: artesanato de si, memória dos outros e legados de ensino. *Revista Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 17, n. 52, p. 209-219, jan./mar. 2010.

FISCHER, T.; WAIANDT, C.; FONSECA, R. L. A história do ensino em administração: contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de agenda de pesquisa. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, Ago. 2011.

FOURNEAU, L. F.; SERPA, D. A. F. Percepções e Opiniões sobre o Ensino da Ética em Administração: a Voz dos Alunos. In: XXX ENANPAD. 2006. Salvador. *Anais...Salvador: ANPAD*, 2006.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. *Corporate social responsibility theories: mapping the territory*. *Journal of Business Ethics*, v. 53, n. 1, 51–71. 2004.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; TEODÓSIO, A. S. S.; SILVA, H. M. R.; CARVALHO, S. A. Inserção da Temática Ambiental em Cursos de Administração: Uma tipologia para (Re)Pensar a Formação de Administradores. In: XXX ENANPAD. 2006. Salvador. *Anais...Salvador: ANPAD*, 2006.

GRAYSON, D.; HODGES, A. *Compromisso social e gestão empresarial: o que é necessário saber para transformar questões de responsabilidade social em oportunidades de negócio*. São Paulo: Publifolha, 2002.

INSTITUTO ETHOS. *Sobre o Instituto Ethos*. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

MAKRAY, A. *O conceito de responsabilidade social pelo todo*. In: ESTEVES, S. A. P. O dragão e a borboleta: sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

MEDEIROS, C. R. O.; BORGES, J. F.; SÁ, R. C. R. A Formação do Administrador e a Responsabilidade Corporativa: ambigüidades e contradições no comportamento do futuro gestor. In: XXXI ENANPAD. 2007. Rio de Janeiro. *Anais...Rio de Janeiro: ANPAD*, 2007.

MUIJEN, H. S. C. A. Corporate Social Responsibility Starts at University. *Journal of Business Ethics*, v. 53, p. 235-246, 2004.

NICOLINI, A.M. O futuro administrador pela lente das novas diretrizes curriculares: cabeças bem-feitas ou bem cheias? In: ENCONTRO DA ANPAD, XXVI, Salvador. *Anais...Bahia: ANPAD*, 2002.

OLIVEIRA, J. A. P. de. *Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2008.

VON DER HAYDE, Cristian Tadeu. DOMINGUES, Maria Jose Carvalho de Souza. Estudo de Caso: O Responsabilidade social no ensino da administração. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.6, n.3, p.23-39, Tri III. 2012. ISSN 1980-7031 1

PAULA, A. P. de. Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. *Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 3, p. 77-81, 2001.

SILVA, R. C. M.; CHAUVEL, M. A. Responsabilidade Social no Ensino em Administração: um estudo exploratório sobre a visão dos estudantes de graduação. In: XXXIII ENANPAD. 2009. São Paulo. *Anais...*São Paulo: ANPAD, 2009.

SOUZA, W. J.; CARVALHO, V.; XAVIER, A. M. Mercado, Ética e Responsabilidade Social na Formação dos Profissionais de Administração e de Ciências Contábeis: uma análise teórico-comparativa sob a ótica das Diretrizes Curriculares Nacionais. In: XXVII ENANPAD. 2003. Atibaia. *Anais...*Atibaia: ANPAD, 2003.

SOUZA-SILVA, J. C. de; DAVEL, E. Concepções, Práticas e Desafios na formação do professor: examinando o caso do ensino superior de Administração no Brasil. *Revista O&S*, v. 12, n.35, 2005.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

THOMPSON, A. A.; STRICKLAND, A. J.; GAMBLE, J. E. *Administração estratégica*. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

URDAN, A. T.; HUERTAS, M. K. Z. A Ética no Ensino de Marketing: Graduandos em Administração no Brasil versus Estados Unidos. In: XXVIII ENANPAD. 2004. Curitiba. *Anais...*Curitiba: ANPAD, 2004.